CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0771/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

Lei Federal nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.

Lei Federal nº 15.046, de 17 de dezembro de 2024, que autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.

Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 17.972, de 10 de julho de 2024, que dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 10.309, de 22 de abril de 1987, que dispõe sobre controle de populações animais, bem como sobre prevenção de zoonoses no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Matéria DSP 15529/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 771/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769958.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.295, de 14 de janeiro de 2002, que altera o parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 10.309, de 22 de abril de 1987, proibindo a utilização de câmaras de gás para o sacrifício de animais.

Lei Municipal nº 13.767, de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal – PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.

Lei Municipal nº 13.943, de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.

Lei Municipal nº 14.483, de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como as doações em eventos de adoção desses animais, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.023, de 6 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos – PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos.

Lei Municipal nº 16.288, de 26 de outubro de 2015, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Protetor, Cuidador e Amigo dos Animais, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.520, de 22 de julho de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo, e dá outras providências, incluindo a disponibilização de espaços apropriados para acolhimento de animais de pequeno e médio porte que eventualmente acompanhem as pessoas abrigadas.

Lei Municipal nº 18.472, de 29 de maio de 2026, que altera o art. 3º, acresce o art. 4º-A e altera o inciso III do art. 27, todos da Lei nº 14.483, de 16 de julho de 2007, a fim de permitir a realização de eventos de doação de cães e gatos em equipamentos públicos do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.513, de 10 de julho de 2026, que dispõe sobre a ampliação e descentralização do atendimento médico veterinário público oferecido a cães e gatos no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.527, de 1º de setembro de 2026, que dispõe sobre a vedação do acorrentamento de cães e gatos no Município de São Paulo.

Matéria DSP 15529/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 771/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769958.

autuado por cintiacarrer em 19/10/2026 13:40:17.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 583/2018 – Dispõe sobre a criação do Programa Animal Legal, destinado à realização de censo populacional bienal de animais domésticos no Município de São Paulo.

PL nº 841/2025 – Dispõe sobre o aprimoramento dos mecanismos de identificação dos responsáveis pelo abandono de animais, institui programa municipal de prevenção ao abandono e promoção da guarda responsável e dá outras providências.

PL nº 415/2026 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Smart Patas, destinado à prevenção, identificação e responsabilização de autores de abandono e/ou maus-tratos de animais, com integração ao Programa Smart Sampa e ao canal SP156, e dá outras providências.

PL nº 439/2014 – Dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos no Município de São Paulo por meio de serviço médico-veterinário móvel de esterilização e educação.

PL nº 722/2021 – Dispõe sobre a inclusão de cães e gatos pertencentes a pessoas em situação de rua no Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos do Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 19 de outubro de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
PROCURADORA LEGISLATIVA SUPERVISORA
SETOR DE PESQUISAS E ANÁLISE PRÉVIA DE PROPOSITURAS

Matéria DSP 15529/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 771/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=769958.